

Trabalho e lazer: percepções do cotidiano de pessoas com deficiência física

Work and leisure: daily perceptions of people with physical disabilities

Rabajo y tiempo libre: percepciones diarias de las personas con discapacidad física

Recebido: 21/07/2020 | Revisado: 11/08/2020 | Aceito: 06/11/2020 | Publicado: 11/11/2020

Rita de Cassia Sasso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7987-0628>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: ritasasso1234@gmail.com

Ricardo Alberti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5757-9274>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: r-alberti@live.com

Resumo

A pesquisa se propõe verificar a percepção de trabalhadores com deficiência física em seu dia-a-dia de trabalho e em seus dias de folga e lazer, procura compreender como pessoas em diferentes faixas etárias e diferentes atividades laborais e em cidades de médio e grande porte, encaram a deficiência e os desafios diários para trabalhar e se divertir. Busca compreender conceitos de inclusão e acessibilidade. Fez-se um paralelo com a legislação existente, tratados internacionais que protegem as pessoas portadoras de deficiência, criados para promover os direitos das pessoas com deficiência, estudos existentes sobre o tema e as vivências descritas pelas pessoas entrevistadas. Diante de tantos desafios enfrentados por portadores de deficiência física o principal apontamento dos entrevistados foi às barreiras arquitetônicas, bem como falta de respeito às vagas especiais reservadas em estacionamentos e o desejo que a cultura do respeito ao outro e as individualidades sejam um dia realidade para a pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Trabalho; Lazer; Pessoa com deficiência.

Abstract

The research aims to verify the perception of workers with physical disabilities in their day-to-day work and in their days off and leisure, seeks to understand how people in different age groups and different work activities and in medium and large, face disabilities and daily

challenges to work and play. It seeks to understand concepts of inclusion and accessibility. A parallel was made with the existing legislation, international treaties that protect people with disabilities, created to promote the rights of people with disabilities, existing studies on the subject and the experiences described by the people interviewed. Faced with so many challenges faced by people with physical disabilities, the main point of the interviewees was the architectural barriers, as well as lack of respect for the special spaces reserved in parking lots and the desire that the culture of respect for the other and individualities will be a reality for the day. disabled person.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Job; Recreation; Disabled person.

Resumen

La investigación tiene como objetivo verificar la percepción de los trabajadores con discapacidades físicas en su trabajo diario y en sus días libres y de ocio, busca comprender cómo las personas en diferentes grupos de edad y diferentes actividades laborales y en medio y grandes, enfrentan discapacidades y desafíos diarios para trabajar y jugar. Busca comprender conceptos de inclusión y accesibilidad. Se hizo un paralelismo con la legislación existente, los tratados internacionales que protegen a las personas con discapacidad, creados para promover los derechos de las personas con discapacidad, los estudios existentes sobre el tema y las experiencias descritas por las personas entrevistadas. Frente a tantos desafíos que enfrentan las personas con discapacidades físicas, el punto principal de los entrevistados fueron las barreras arquitectónicas, así como la falta de respeto por los espacios especiales reservados en los estacionamientos y el deseo de que la cultura de respeto por el otro y las individualidades sea una realidad para el día. persona discapacitada.

Palabras clave: Accesibilidad; Inclusión; Trabajo; Recreación; Persona discapacitada.

1. Introdução

Em uma sociedade moderna muitos são os desafios para o ser humano, as constantes transformações, a velocidade da informação, a vida caótica em grandes centros urbanos, acesso ao trabalho digno, problemas de mobilidade afetam toda a população, e para pessoas com deficiência (PcDs) essas questões são ainda mais desafiadoras. A inclusão no mercado de trabalho das PcDs é assunto de debates no Brasil e no mundo com objetivo de promover os direitos dessas pessoas que, por muito tempo foram consideradas incapazes e marginalizadas.

Apesar da discriminação ter diminuído, ainda há muito preconceito da sociedade e das organizações com relação à capacidade dessas pessoas de terem autonomia e potencial profissional. As conquistas alcançadas ainda são muito recentes e os reflexos ainda pouco sentidos, começaram a ser engendrados a partir de 1975 quando a igualdade de direitos e inclusão de pessoas com deficiência foram incluídas na Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Em 1981, a ONU institui o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e a pauta das PcDs ganhou maior legitimidade através da instituição do conceito de sociedade inclusiva. Em 1999 ocorreu a Convenção de Guatemala - Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação. Em 2007 foi assinada em Nova York a Convenção Internacional sobre os Direitos das PcDs.

No Brasil a Constituição de 1988 incorporou garantias às PcDs uma vez que proibiu a discriminação de salários e diferenciação nos critérios de admissão, assumiu como responsabilidade de todos os entes federativos cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; e estabeleceu a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos (arts. 7º, XXXI, 23, II e 37, VIII). Também houve avanços na legislação com a Lei nº 7.853/1989, com normas gerais para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social; Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), conhecida como Lei de Cotas, e Decreto nº 914/1993, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Adicionalmente, em 2009 o Brasil promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos de PcDs (Decreto nº 6.949/2009). Em julho de 2015 mais um passo foi dado, com a publicação da Lei nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Com a criação da Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, deu-se início a uma série de ações para garantir acessibilidade tanto nas edificações como em qualquer lugar das cidades. Para garantir essa acessibilidade, as obras devem seguir uma série de normas para que não existam barreiras arquitetônicas buscando a autonomia das pessoas com deficiência. Essas normas regulamentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, através da publicação da NBR 9050 que é a Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, prevê o acesso disponível e facilitado para toda a população brasileira, estabelecendo requisitos que devem ser adotados em edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, meios de transporte, meios de comunicação de qualquer natureza, e seus acessórios, de modo que pessoas com deficiência

possam se utilizar desses espaços sem prejuízos de quaisquer espécies. No entanto, apesar de ter esses dispositivos legais, Carvalho-Freitas & Marques (2007) afirmam que embora o Estado tenha reconhecido os direitos das pessoas com deficiência, a legitimação desse direito por parte da sociedade vai demandar uma ressignificação de diversas concepções de deficiência ainda presentes na atualidade.

Para empreender essas ressignificações torna-se necessário compreender as diferentes percepções de pessoas com deficiência física em ambientes diversos, de diferentes faixas etárias, trabalhadores de instituições públicas e privadas com relação à acessibilidade para trabalhar e para os momentos de lazer e suas experiências de inclusão.

Nesse viés, o presente estudo se propõe a tecer elucubrações que ampliem o entendimento sobre o cotidiano das pessoas com deficiência, tendo como campo empírico quatro interlocutores portadores de deficiência física de diferentes cidades do Brasil.

Assim, através das estratégias metodológicas qualitativas, o trabalho desenvolvido de maio a agosto de 2019 buscou conhecer as percepções dessas pessoas em relação a acessibilidade para trabalhar e nos momentos de lazer.

1.1 Problema da Pesquisa

A efetividade da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade ainda é assunto para debates, pois são muitos os entraves. Mesmo diante de muitos avanços na questão da legislação para garantir os direitos ainda se faz necessário que haja uma mudança cultural para que as pessoas com deficiência sejam respeitadas e que não apenas os espaços sejam adaptados para que todos tenham acesso, mas também que as atitudes da população se adaptem para que ocorra realmente a inclusão, não só nos ambientes de trabalho, mas também nos espaços culturais e de lazer.

1.2 Objetivo Geral

Compreender questões de acessibilidade para pessoas com deficiência física nas atividades laborais e nos momentos de lazer, pela ótica de portadores de deficiência em momentos distintos da vida e em atividades diversas.

1.3 Objetivos Específicos

- Compreender a satisfação e atitude das pessoas com deficiência com relação a acessibilidade em seus locais de trabalho e em locais de lazer;
- Compreender como as pessoas com deficiência encaram a vida, quais as percepções com relação ao prazer e sofrimento em seu cotidiano.
- Compreender os desafios que as pessoas com deficiência encontram com relação a mobilidade para trabalhar e para o lazer;
- Fazer comparações entre as percepções das pessoas com deficiências de acordo com o meio em que vivem, sendo que a metade dos entrevistados moram em capitais e a outra metade em cidade de interior de médio porte.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Recorte Histórico

Para que fosse possível apresentar algumas definições sobre as concepções de deficiência foi preciso investigações em diversos períodos históricos onde ao longo do tempo foi sendo construído várias matrizes interpretativas, como na Grécia Antiga, Período Clássico, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea, buscando identificar escritos que fizessem referência às pessoas com deficiência e suas perspectivas na sociedade em cada época.

Foram identificadas seis matrizes de interpretação em diferentes épocas históricas que será sintetizada no quadro abaixo, bem como as ações sociais decorrentes de cada matriz de interpretação e as possibilidades de inserção da pessoa com deficiência na sociedade em cada época. O Quadro 1, demonstra cada uma desses matrizes de interpretação sobre as concepções de pessoas com deficiência em diferentes períodos históricos.

Quadro 1 - Matrizes de interpretação sobre as concepções de pessoas com deficiência em diferentes períodos históricos.

Matriz de interpretação predominante/Contexto histórico de origem e reedição	Ação social decorrente	Possibilidade de inserção da pessoa com deficiência
Subsistência/sobrevivência (Grécia Antiga; período pós 2ª Guerra Mundial; atualidade de forma implícita)	Ações de exclusão ou inclusão social da pessoa com deficiência com vistas a propiciar a manutenção da sociedade	Integração mediante comprovação de contribuição social efetiva, através do trabalho.
Sociedade Ideal e Função instrumental da pessoa (Período Clássico – séc. VI a.C. Ao ano 322 a. C; 2ª Guerra Mundial; atualidade – grupos neonazistas)	Exclusão social	Ausência de possibilidade de integração
Espiritual (Idade Média; atualidade)	Segregação/caridade	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade ou exposição pública sujeita à compaixão
Normalidade (Idade Moderna; atualidade)	Segregação/integração	Segregação em instituições hospitalares ou psiquiátricas ou inserção da pessoa com deficiência mediante sua “retificação” e adequação social
Diversidade (século xx)	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir de suas potencialidades
Técnica (principalmente a partir de 1990)	Gestão da diversidade como recurso a ser administrado nas organizações de trabalho	Inclusão no trabalho e maior ou menor adaptação da pessoa com deficiência em função da forma como é gerida a diversidade nas organizações

Fonte: Adaptado de Marcondes (2002); Meunier (1976); Tannery (1954); Limonic (2004); Gallagher (1995); Amiralian (1986); Pessoti (1984); Aranha (1995); Mantoan (2004); Foucault (1989); Marques e Oliveira (2003); Omote (1995); Batavia e Schriener (2001); Goss, Goss e Adam-Smith (2000), Alves e Galeão-Silva (2004).

Como se pode observar no Quadro 1, onde são demonstradas as matrizes de interpretação com relação as pessoas com deficiência, são identificados os diferentes períodos da história da humanidade e mostram que muitas dessas interpretações ainda estão presentes na atualidade e as ações de inclusão ainda são muito recentes e carecem de fortalecimento para reparação de marginalizações historicamente cometidas ao longo do tempo.

Segundo o instituto Ethos (2002), o conceito de pessoa com deficiência abrange um conjunto amplo de características. As deficiências podem ser físicas, sensoriais (da visão ou da audição), ou intelectuais. Podem ser de nascença ou ter surgido em outra época da vida, em função de doença ou acidente. Podem ter um impacto brando na capacidade de trabalho e de interação com o meio físico e social ou consequências maiores, que requerem apoio e assistência proporcionais.

Para Araújo e Schmitd (2006) a inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para permitir a participação das pessoas em todos os seus setores, inclusive as pessoas com deficiência. A inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho se configura de forma recente, pois o direito delas ao trabalho foi legalizado somente após a Segunda Guerra Mundial, devido aos ex-combatentes que voltavam mutilados da guerra (Almeida, Coimbra & Carvalho-Freitas, 2007). São muitas as dificuldades das pessoas com deficiência para a inclusão, pois além das barreiras arquitetônicas há também as barreiras à

cidadania, no dia-a-dia os desafios estão na porta de casa numa calçada mal construída e nos espaços da sociedade, diariamente as pessoas nessa condição necessitam ultrapassar essas barreiras visíveis e invisíveis.

2.2 Arcabouço Legal

A legislação brasileira vem avançando na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, poderemos citar a Lei 7.853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, e cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Em 20 de dezembro de 1999 foi publicado o Decreto 3.298 pelo qual cabe assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. Com esse decreto se pontua a questão do acesso ao transporte e edificações ampliando o debate sobre a acessibilidade e com a publicação da Norma Brasileira Técnica 9050/2004 normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004) e define que a acessibilidade pode ser entendida como a “[...] Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Descreve a acessibilidade com objetivo de eliminação de barreiras físicas, porém, no mesmo ano, com a promulgação do Decreto Federal 5.296/2004, que regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, definiu a acessibilidade em seu artigo 8º, inciso I, como [...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004). Ampliando assim o conceito prevendo uma série de ações

para que as pessoas com deficiência possam usufruir em condições de igualdade diversas instâncias sociais, como educação, saúde, lazer, entre outras (Ciatelli & Leite, 2016).

Conforme a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que define a acessibilidade como: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida e barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Percebe-se que o conceito de acessibilidade foi novamente reavaliado, buscando contemplar todos os cidadãos de modo que possam acessar todas as instâncias da sociedade, de modo a lhes proporcionar condições de participação e inclusão. No Art. 2º dessa lei, a pessoa com deficiência é definida como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015). Esse artigo está sujeito à Lei 13. 846 de 18 de junho 2019 onde o Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência com objetivo de revisão de benefícios suspeitos de irregularidades.

A Lei Brasileira de Inclusão consolidou na esfera ordinária o chamado modelo social de deficiência, validando o paradigma que anteriormente havia sido introduzido no direito nacional pela Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, pelo disposto no Decreto nº 6.949/09, ratificado como Emenda Constitucional. Portanto, apesar de não introduzir uma nova conceituação, a nova lei reitera

que a deficiência não deve ser mais vista como algo intrínseco à pessoa, mas presente e de responsabilidade da sociedade, sendo esta responsável por superar a deficiência através da eliminação das barreiras existentes no ambiente e da criação de mecanismos e recursos que possibilitem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade (Ciatelli & Leite, 2016). Carrara et al. (2012), pontuam que a implementação de políticas públicas está condicionada a decisões governamentais, afetando a vida de um conjunto de cidadãos e produzindo efeitos sobre a vida em sociedade. Assim, de acordo com os autores, a execução de políticas públicas constitui uma forma de intervenção explícita e sistematizada no funcionamento de uma sociedade, articulando diferentes pessoas com diferentes interesses e expectativas.

Mesmo após todas as intervenções realizadas, no Brasil, ainda é considerada baixa a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Ethos, 2002).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo Demográfico, 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Apesar de representarem 23,9% da população brasileira em 2010, estas pessoas não vivem em uma sociedade adaptada.

Mesmo sendo o Brasil um dos poucos países que possuem uma legislação específica, ampla e avançada em relação as demais nações, para este expressivo e diferenciado contingente populacional, as pessoas com deficiência continuam a compor percentagens mais elevadas nas estatísticas de exclusão social (Resende & Vital, 2008).

Segundo Sasaki (2010) a questão da deficiência tem sido vista, no decorrer do tempo, de acordo com quatro fases distintas:

- Exclusão: as PcDs não têm acesso ao mercado de trabalho, sendo considerada uma crueldade a ideia de que elas trabalhassem. Recentemente as PcDs tem sido ainda excluídas por outros motivos como: falta de escolaridade, falta de reabilitação física e profissional, falta de meios de transporte, falta de apoio das famílias e falta de qualificação para o trabalho;
- Segregação: as ofertas de trabalho oferecidas às PcDs, e não de emprego, são carregadas de sentimentos paternalistas e na busca de lucro fácil em virtude de mão-de-obra barata e sem vínculos empregatícios. Trabalhos executados em instituições filantrópicas ou domicílio;
- Integração: PcDs empregadas dificilmente são envolvidas em programas de desenvolvimento de pessoas ou são promovidas, quer por inacessibilidade, quer por

ignorância da organização. O clima nas empresas pode não ser favorável à interação social;

- Inclusão: o mundo tende a não ter mais dois lados e surge a figura da empresa inclusiva, que proporciona as condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de trabalhadores com necessidades especiais diversificadas.

Para que a inclusão seja efetiva a sociedade deveria se adaptar as PcDs e não o contrário, para isso é necessário desenvolver um ambiente propício a igualdade e a plena participação dessas pessoas na vida em sociedade. Como bem colocam Brunstien & Serrano (2008), olhar para as necessidades das PcDs quer dizer garantir o êxito da inclusão, ou seja, o seu desenvolvimento, o que exige que se derrubem barreiras arquitetônicas e atitudinais, entretanto Coutinho, Rodrigues & Passerino (2017) consideram que atualmente, as práticas sociais inclusivas vêm se tornando cada vez mais presentes, trazendo visibilidade e empoderamento às pessoas com deficiência, embora estas possuam dificuldades tanto de natureza física, sensorial, intelectual, quanto comportamental, psicológica e social.

3. Método

A pesquisa é qualitativa, segundo Pereira et al. (2018, p. 67), a metodologia qualitativa é aquela, onde “o importante é a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo, na pesquisa qualitativa a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas”, a pesquisa é exploratória, pois teve como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, além de serem desenvolvidas com o intuito de proporcionar visão geral sobre determinado fato (Gil, 2008).

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas e foi utilizado o método de esgotamento. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e posteriormente analisadas. É importante salientar que todas as etapas dessa pesquisa foram desenvolvidas de acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre a ética em pesquisa com seres humanos.

3.1 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, duas pessoalmente e duas por aplicativo *Skype*, com protocolo e termo de consentimento assinado por todos os

participantes, os quais não viram nenhum problema em serem identificados com seus nomes verdadeiros.

O protocolo de entrevista foi dividido em três blocos, o primeiro busca identificar os participantes, sua formação acadêmica, tipo de deficiência, trajetória profissional (questões de 1 a 3), o segundo possui questões que abordam a acessibilidade no ambiente de trabalho e lazer (questões 5; 6; 7; 8 e 11) e terceiro questões que abordam como as pessoas com deficiência física percebem o prazer e sofrimento em seu dia-a-dia (questões 4; 9; 10 e 12).

3.2 Sujeitos da Pesquisa

A seleção dos sujeitos para fazerem parte da amostra estratificada que segundo Gil (2002) caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada e se deu por conveniência por conta de terem algum grau de deficiência física e estarem em atividade laboral sendo assim possível obter respostas com relação a acessibilidade no ambiente de trabalho, além disso também foi levado em consideração a localização geográfica para que fosse possível comparações entre as situações vivenciadas em cidades maiores e menores e também a diversidade de faixas etárias. O total de entrevistados foram quatro.

O Quadro 2 demonstra que todos os entrevistados buscaram estudar, somente o Leopoldo ainda está em formação, pode-se perceber também que cada um detém diferentes características como o trabalho em instituições públicas e privadas, assim como a idade e a cidade de residência.

Quadro 2 – Identificação dos participantes.

Nome	Idade	Cidade	Empresa em que trabalha	Formação
Sigfrido	60	Florianópolis	Pública e Privada	Pós graduado
Leopoldo (Leo)	23	Santa Maria	Pública	Em formação superior
Fernanda	27	Santa Maria	Privada	Pós graduada
Cleiton	36	Brasília	Pública	Pós graduado

Fonte: Elaborado pelos autores.

Primeira entrevista - Sigfrido (entrevista feita por *Skype*):

Homem de 60 anos, morador da cidade de Florianópolis SC, funcionário público em processo de aposentadoria, sua deficiência é amputação de membro inferior em decorrência de um acidente de moto aos 19 anos, arquiteto, professor universitário e de cursinhos, músico nas horas de folga, casado, pai de dois filhos. Trabalha numa instituição bancária federal onde atua como arquiteto no setor de ergonomia e segurança do trabalho.

Segunda entrevista – Leo (entrevista feita pessoalmente):

Homem de 23 anos, morador de Santa Maria RS, estudante universitário, bolsista no curso de Desenho Industrial na Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM), sua deficiência é congênita (desde que nasceu) nos membros inferiores, faz uso de próteses bilaterais e muletas, trabalha no Núcleo de Acessibilidade da Universidade e luta pela causa das pessoas com deficiência no sentido de desenvolvimento de produtos para melhora das atividades laborais e conforto das pessoas com deficiência, solteiro, não tem filhos, muitas são as atividades na vida social e acadêmica. Uma pessoa feliz e de bem com a vida.

Terceira entrevista – Fernanda (entrevista feita pessoalmente):

Mulher de 27 anos, moradora de Santa Maria RS, *digital influencer*, *youtuber*, dentista de formação (atualmente não exerce a profissão por conta de falta de sensibilidade nas mãos), trabalha em uma loja da família, além de marketing e publicidade, possui um canal no *YouTube* onde fala das suas experiências diárias, amputação de membro inferior em decorrência de câncer a menos de dois anos (doença já superada), faz uso de prótese sem a necessidade de uso de muletas, solteira, não tem filhos, engajada nas causas das pessoas que lutam contra o câncer e dos deficientes físicos, curte a vida de maneira positiva e alegre.

Quarta entrevista – Cleiton (entrevista feita por *Skype*):

Homem de 36 anos, morador de Brasília DF, funcionário público, formado em Sistemas de Informação, a sua deficiência é má formação congênita (desde o nascimento) dos membros inferiores, utiliza cadeira de rodas, trabalha em uma instituição bancária federal na área de tecnologia, vive em união estável e não tem filhos.

4. Discussão

4.1 Acessibilidade no Trabalho para Pessoa com Deficiência Física

Com relação a questão de acessibilidade no trabalho, o primeiro entrevistado, Sigfrido, descreve que em sua empresa há respeito pelas pessoas com deficiência e ele próprio atua para que ocorram adaptações nos ambientes de trabalho, já que atua na área de ergonomia e segurança do trabalho:

“onde eu trabalho o acesso é facilitado, tem acesso através de rampa, tem elevadores, você tem o acesso de portas, se você tiver alguma coisa... inclusive agora pouco uma colega que entrou usuária de cadeira de rodas lá no edifício que eu trabalho, então a gente rapidamente alterou a porta, no sentido de giro pra facilitar pra ela... a empresa que eu trabalho tem um respeito muito grande com isso”.

Ele também aborda a questão do respeito à diversidade e defende a visibilidade para que a sociedade conviva com as pessoas ditas diferentes e tenha consciência de que as pessoas são diversas e que todos são capazes de desempenhar papéis relevantes, cada um com suas limitações:

“hoje os profissionais das empresas grandes, estão respeitando muito, não só por uma questão legal, mas também está sendo reconhecido que as pessoas com deficiência podem trabalhar igualmente as outras, tem as suas limitações, como por exemplo, eu estou usando óculos e se eu tirar meus óculos eu não vou ver direito, é uma limitação? É! Mas ela está sendo adaptada, algumas pessoas tem dificuldade de subir escadas, tem! Ou por deficiência ou pela idade, então a deficiência hoje em dia no Brasil (é um processo, não é de uma hora pra outra) mas cada vez mais está sendo respeitado... a visão de que desde a infância, as crianças comecem a conhecer as pessoas com deficiência e não só deficiência mas com a diversidade, e diversidade não é só sexual, diversidade é a pessoa que é menor que as outras, é aquele que é mais gordinho, é aquele que tem uma deficiência física, uma deficiência motora, então, hoje em dia, como as crianças não estão mais ficando dentro das APAEs, elas estão indo para as escolas, faz com que a criança comece a conhecer desde cedo que tem pessoas diferentes, que tem pessoas com suas limitações”.

Nesta fala o entrevistado também pontua, a importância de a pessoa com deficiência ter oportunidade de ser um indivíduo autônomo, sem depender da caridade e assistencialismo:

“A sociedade começa a conhecer essas pessoas que vão acabar o primeiro grau, o segundo grau, faculdade, e vão poder estar na sociedade... se não for dessa forma, essas pessoas vão ficar, normalmente são fadadas a ficar a mercê da vontade do Estado, da previdência, de ajuda, então eles tem que ter a sua autonomia e a sua

soberania, eu acho que esse é o termo mais adequado: a soberania da pessoa com deficiência... ele consegue trabalhar, tendo as suas limitações (que tenha né) ele consegue trabalhar, ganhar o seu sustento e tendo uma vida autônoma e soberana. Eu acho isso importante”.

Para o jovem Leopoldo, que atua em uma Universidade Federal nela obteve muito conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência, entretanto observou muitos problemas com relação as barreiras arquitetônicas na universidade:

“Hoje por eu estar em um lugar onde se comprometem em respeitar todos os direitos está 100% sabe, tudo mesmo até coisas que eu nunca tinha reparado, que é essa parte que não é a arquitetônica que é mais documental de como falar, de como agir, como olhar, estou aprendendo umas coisas bem legais, mas o foco é bem acadêmico né, já que o meu trabalho está envolvendo o ensino e por ser uma instituição federal a universidade tem uma estrutura que deixa muito a desejar, pois o meu prédio que é o centro de artes e letras, não tem acessibilidade alguma, nada, tem uma rampa de entrada, que até ano passado ficava um bicicletário na própria calçada, tinha gente que bloqueava a rampa, mas aí a gente conseguiu corrigir isso né, depois que eu entrei lá e tem uma porta específica para as pessoas com deficiência que era chaveada, e aí eu enviei memorando para todos os centros dizendo, olha essa porta existe e foi um investimento de 90 mil reais e é para ela estar aberta, independentemente de como está o tempo lá fora é para ela estar aberta, não é nem encostada é aberta, entendeu?”.

Buscou algumas soluções e trabalha no desenvolvimento de produtos para as PcDs em um núcleo de acessibilidade, nota-se que se sente feliz atuando em um projeto capaz de implementar melhorias na vida das pessoas que assim como ele possuem limitações, mas que são perfeitamente capazes como qualquer outra pessoa em condições físicas normais.

Para Fernanda, terceira pessoa entrevistada, relata que ainda há resistência para que seu pai (dono do local onde trabalha) promova as adaptações arquitetônicas, talvez isso se dê por conta dela trabalhar em outros locais e não ficar cem por cento do tempo nesse local, porém como se trata de uma loja as adaptações deveriam existir visando o conforto dos clientes também.

“Eu trabalho a maior parte do tempo em casa, assim nas redes sociais e na loja, quando eu estou na loja do meu pai lá não tem acessibilidade, acessibilidade zero na loja, e como ele tem a cabeça muito fechada, talvez nem pense nisso, mesmo agora com a minha deficiência. Também tem um degrau pra entrar na loja, lá dentro também tem umas escadas, até a gente fez, alguns anos atrás, a gente colocou uma rampa lá dentro, mas essa rampa é totalmente fora da inclinação certa sabe, ela tem uma inclinação muito errada, então nem uma pessoa com as duas pernas, consegue descer sem ter que se agarrar, enfim. Então é isso no meu trabalho não tem muito acessibilidade”.

Observa-se com esse relato que mesmo tendo uma pessoa na sua família portando deficiência ainda falta um pouco de consciência de que as alterações para garantir acessibilidade, e uma certa negligência às leis, já que existe legislação específica para atender a essas questões.

Já para Cleiton, o quarto entrevistado, que trabalha em uma instituição pública bancária federal percebe que existe respeito as suas limitações no ambiente de trabalho, e que não há nenhuma diferenciação, o que ele vê com bons olhos, é tratado como qualquer outro funcionário, se sente bem em receber esse tratamento, pois sabe que é capaz igual a qualquer outro.

“Bom, eu sempre tive oportunidade nos locais que eu trabalhei onde sempre fui tratado acima da deficiência, nunca tive ajuda ou entrave com relação a deficiência, então tem sido bem transparente sempre, a mesma coisa que é exigido de mim é exigido das pessoas sem deficiência e vice versa, os benefícios que eu tenho, são os mesmos benefícios que os outros tem lá, o tratamento é igual, agora eu percebo assim, por ser colegas de trabalho, eles os colegas apoiam bastante, no espaço de conviver, pois percebem que a gente acaba passando por mais dificuldades né, nessas questões de barreiras arquitetônicas, mesmo que tenha evoluído muito, ainda tem pequenos entraves, que dificultam né, a pessoa está vivendo o dia a dia e nem percebe que aquilo lá é um entrave, e de certa forma tem que superar né, e se a gente não encarar, ou vai dar meia volta e voltar pra casa ou subir né, muitas vezes não é opção, mas hoje em dia eu vejo que tem muito, na minha realidade né, essas questões arquitetônicas do que com as questões de como as coisas são de direitos e deveres vamos supor. Eu acho que essa questão de direitos e deveres está bem, bem igual no ambiente que estou hoje, não há nenhuma dificuldade ou nada parecido, na minha realidade e por ser concurso e não ter essa prerrogativa do empregador escolher...”

Pontua que ainda há alguma dificuldade com relação às barreiras arquitetônicas, mas que conta com a ajuda dos colegas para superá-las. Como ele faz uso de cadeira de rodas, uma questão muito importante foi levantada, a questão de saídas de emergência:

“Eu trabalho no 17º e eu não tenho participado de simulações de incêndio, e se acontecer alguma coisa já foi me passado uma série de orientações, mas eu sei que se de repente acontecer eu terei que contar com o apoio da minha equipe e me virar, não que a brigada vá negar apoio, mas cada um me passa uma orientação diferente. Já foi questionado, meu gerente já questionou e ainda não se chegou a uma resolução, não sei se é porque é uma empresa grande, e estatal e tem toda a questão de licitações, não sei, mas é trabalhoso, você tem que abstrair e seguir. Mais fácil é torcer para que nunca aconteça nada”

Percebe-se com esse relato, que mesmo a empresa tendo uma boa cultura de gestão de inclusão da pessoa com deficiência, ainda deixa a desejar no quesito segurança no trabalho. E o empregado necessita contar com a sorte em caso de emergência.

4.2 Acessibilidade aos Locais de Lazer para Pessoa com Deficiência Física

Com relação a acessibilidade aos locais de lazer o Sigfrido relatou sua experiência nos aeroportos que apesar de ter um bom tratamento ainda necessitam melhorias nas companhias aéreas, e com relação aos estabelecimentos de entretenimento faz o seguinte relato:

“Outra coisa é que por exemplo, os edifícios novos eu vou num teatro, eu vou em algum evento que normalmente tem a vaga de deficiente, vaga pra uma pessoa que tem o carro adaptado para uma pessoa com deficiência, essas vagas normalmente são respeitadas, mas nem sempre, mercado por exemplo tem uma falta de respeito tremenda, então você chega pra ficar mais perto e você vê que uma pessoa que não tem nenhum problema físico ele estaciona, você pede e eles não saem. Então existe uma falta de respeito muito grande”.

Todos os entrevistados pontuaram a questão da falta de respeito as vagas especiais. Com relação as barreiras arquitetônicas, Sigfrido se empolga nas explicações, pois é sua área de atuação:

“Quando os edifícios estão preparados, os edifícios novos, eles tem que ter acessibilidade porque se não, não aprova nos órgãos de fiscalização, mas em edifícios antigos... eles ainda tem muitos edifícios que não tem adaptação, então você chega nos lugares, e você percebe, olha lá dentro tem uma plataforma elevatória, só que da rua pra calçada você tem um degrau de 25, 30 cm, eu já vi e já fotografei, quer dizer, um cadeirante, ele tem que ser transportado no colo, com a cadeira pra depois lá dentro ele ter acessibilidade, então tem muita coisa que nós estamos num processo de adaptação dos edifícios antigos, e ainda tem projetista que não vê necessidade, você fala pra fazer rampa e “não, é ruim, rampa gasta muito espaço” então põe uma plataforma elevatória, “não, vai custar mais de dez mil” então, ainda tem a questão do custo, a minha opinião é que os equipamentos para dar acessibilidade, deveriam ser isentos de impostos para facilitar essa instalação, entendeu? Então em relação aos locais de entretenimento, eu vou num shopping por exemplo e tem vaga pra deficiente, tem elevador, eu tenho notado isso, aonde eu vou, agora eu não vou sempre, eu vou no teatro tem o acesso acessível, o acesso por rampa, então eu não tenho tido maiores dificuldades nesse sentido, ah, tem uma coisa sim... eu notei o seguinte... nos teatros, internamente eles tem escadas mas não tem corrimão, cinema por exemplo, então parece que o cadeirante ele coloca uma cadeira só lá embaixo, não tem problema, o cadeirante só fica olhando pra cima né? (fala em tom de ironia) vai ficar duas horas olhando pra cima, ele vai sair com torcicolo, então, poderia parar num outro nível, ou ter corrimão, ou ter uma plataforma elevatória, porque então quer dizer, o cadeirante ele não pode sentar lá atrás ele só pode sentar na primeira fileira, então tem algumas coisas em projetos que a gente observa”.

Observa também que as pessoas com alguma deficiência ou idosas (que possuem alguma limitação) são consumidores em potencial, e que os locais de entretenimento e lazer

que se preocupam em disponibilizar acessibilidade e segurança, poderão ganhar muito dinheiro com esse público.

“então, por exemplo, eu vou na praia, eu vou de muleta, eu deixo a minha perna mecânica eu entro até a água no Joelho mergulho, e alguém, eu peço pra alguém me trazer a muleta, eu sempre tenho que pedir pra alguém me ajudar, numa viagem pra fora do país eu vi numa praia, foi no Caribe, você tinha um corrimão de aço inox, que entrava na água, e ia até meia profundidade, isso é muito bom que a pessoa que tem uma dificuldade e ele pode ir amparando e segurando e descendo..., então tem que ser um local protegido, então mais uma vez, eu acho que tudo isso é cultura, e cada vez mais a gente caminha pra isso. Outra coisa: barranco, você chega na praia e tem um barranco, até chegar na areia, eu chego nos lugares, o pessoal que me conhece me dá uma mão, pra que eu possa descer pra chegar até a areia então nas praias por exemplo no Brasil, e o Brasil tem 6 mil quilômetros de praia mais ou menos, é muita praia que a gente poderia aproveitar, e um negócio interessante, acessibilidade é um grande mercado, então se você tem um equipamento acessível, você vai fazer com que as pessoas que tem uma deficiência, as pessoas idosas... quanta pessoa de idade não vai na água com medo de cair por causa da onda? Então se ela sabe que ela vai amparada por ali, ela pode ir, ela tem autonomia pra ir, se segurar, vai curtir, vai nadar, dar uma saída, sai por ali, então... isso é uma coisa que poderia ser feito, tá, então é tanto o acesso através de rampas como também corrimão que vai entrar na água, isso não é só para deficiências físicas, pra criança, pra quem vai levar crianças pra se amparar e pessoas com idade”.

Para Leopoldo, há dificuldade em acessibilidade nos locais de lazer que frequenta, relata banheiros com piso molhado, banheiros fora dos estabelecimentos, degraus, calçadas fora de nível:

“De zero a dez? dois!!! Olha, não basta ter uma calçada regular sabe, ela tem que estar no nível... Se ela não estiver no nível já complica bastante, tipo no banheiro, não adianta nada ter um banheiro adaptado fora do estabelecimento também. Fazem pra cumprir a legislação, mas não está sendo usável. No teatro é tranquilo”.

Nossa entrevista foi feita em um café badalado da cidade e na hora ele observa o local e pontua vários problemas:

“e tem as portas sabe, tipo essa daqui nesse lugar que a gente está esse café, só estava uma aberta, tem também o espaço para o fluxo de pessoas, tipo essas mesas estão bem próximas umas das outras, se viesse alguém de cadeira de rodas, sem chances né? Não, sem chances até aqui na porta né, esquece”.

Relata também sua dificuldade em utilizar o transporte público, onde apesar de que não precisar usar a plataforma elevatória sofre com a superlotação dos coletivos e que procura não os utilizar para evitar esse desconforto.

“Em questão de transporte eu nunca ocupei a rampa sabe, mas as vezes que eu fui eu fui de escada normal, já teve situações que eu pedi para os ônibus não continuar, pra eu descer, porque estava muito cheio e não tinha condições pra eu sentar, daí eu falei, não, não vou ir, pare pra eu descer”.

Com esse relato é possível observar que ele possui outros meios de transporte, porém essa não é a realidade da maioria das pessoas com deficiência que vivem no Brasil, o que é lamentável. Observa-se ainda que além de enxergar as próprias dificuldades ele também se preocupa com as outras pessoas que estariam em condições ainda mais problemáticas do que a sua, isso demonstra que não se preocupa somente consigo mesmo, mas que está preocupado com a coletividade.

A entrevista da Fernanda foi feita junto com o Leopoldo, pois são amigos e solicitaram se poderiam fazer no mesmo horário, para não criar entraves e em respeito aos horários dos dois, as duas entrevistas foram feitas juntas. Com relação à acessibilidade nos locais de lazer ela faz as mesmas observações que Leo, e reforça a questão dos banheiros com piso molhado e muito distantes:

“Olha, eu compartilho das mesmas observações do Leo, e complementando, as boates aqui em Santa Maria, que é um lugar que eu frequento bastante, a ‘boate X’ (nome fictício) ela é acessível, mas para o cadeirante ir no banheiro ele tem que fazer toda uma volta, passar pelo meio da galera e descer lá embaixo, não tem banheiro lá em cima pra deficiente, então deve dar toda essa volta, mas quanto ao restante o acesso é muito bom. O meu único problema é o chão, piso escorregadio, também, não adianta ter as barras e o piso ser escorregadio e também as calçadas né.”

Descreve as viagens de avião como muito boas com relação ao atendimento das companhias aéreas e nas praias pontua que não vê grandes dificuldades em frequentar.

“Eu fui na praia, e caminhei na areia ali tranquilo, e quando tem, algumas praias tem aquele caminhozinho para cadeirante né, aí é legal, mas se não eu vou pela areia tranquilo, e entrar no mar eu vou de muletas, tiro a perna e vou de muletas. O aeroporto foi super acessível pra mim, eles dão uma assistência de primeiro mundo assim, eu fui no de São Paulo, Guarulhos, Porto Alegre, e de Fortaleza também, e é só solicitar pra companhia aérea a cadeira, e no caso eu alguém pra ficar de sobre aviso caso o portão seja longe e eles podem trazer uma cadeira, e tu está saindo da aeronave e tem uma cadeira te esperando”.

Para Cleiton usuário de cadeira de rodas, encontra dificuldades de acessibilidade em quase todos os locais de entretenimento, brinca que esse assunto daria um livro:

“Bom, essa dá quase um livro né, vamos tentar separar, essa questão de praia que você falou... eu acho que é o mais complicado, porque são pouquíssimas praias e eu fui conhecer e que eu sei assim de relatos que tem alguma forma de acessibilidade,

alguma esteira pra chegar até perto do mar ou alguma cadeira própria pra praia, são bem raras e a questão de banheiro na praia então é mais complicado ainda, é muito difícil você ver um banheiro adaptado que atendam aos requisitos e essa questão de banheiro também é muito comum em restaurante também, tem um local bem apertado né, então tem muitos restaurantes que não tem locais adequados seja de acessibilidade, de você poder entrar e escolher uma mesa que você quer e não uma mesa já específica já reservada pra quem tem pouca mobilidade, e até, principalmente a questão do banheiro que não tem 100% acessível e muitas vezes eles sinalizam que tem banheiros acessíveis e muitas vezes não é”.

Relata também a necessidade de se planejar com antecedência se poderá participar de eventos conforme é a estrutura do local:

“Acontece de meus amigos terem que me carregar em locais sem rampas, e não acontece mais tanto porque eu já evito, então a gente já vê antes o mapa do evento, acaba que você precisa escolher as áreas onde há possibilidade de se locomover, precisa ver isso antecipadamente”.

Observa-se nesse relato que as dificuldades para um cadeirante são muito grandes em locais de lazer e carecem de conscientização dos proprietários para que proporcionem acessibilidade para todos, pensando no conforto até visando ganho nos negócios, como muito bem Sigfrido pontuou: “pessoas com deficiência também são consumidores”.

Questionados sobre qual seria o principal meio de transporte utilizado pelos entrevistados, todos responderam que o carro é o que mais utilizam e pontuam dificuldades com relação ao respeito as vagas reservadas por lei, segundo Sigfrido:

“Carro, veículo eu tenho um carro, ele tem uma adaptação, ou vou de uber, taxi eventualmente, mas eu uso o carro. Vagas de deficiente físico nas cidades são poucas, e olha só nós estamos com mais gente, mais pessoas com deficiência que estão ficando ativas, tá!? Nós temos mais idosos, e as vezes você chega nos lugares que não tem vagas pra portador, então a vaga para portador em alguns lugares tem uma ou duas, mas as vezes tem três, quatro pra parar. Então é número de vagas pra estacionar e respeito, respeito a essas vagas, entendeu? Eu acho que essa questão cultural é mais importante”.

Para Leopoldo:

“Carro, as vagas especiais existem, porém não da forma que deveria né, não no número que deveria, deveria ter mais, mas não, existe uma legislação pra isso e vai do estabelecimento também né, criar ou não criar essa vaga, e daí tem as pessoas consideradas andantes né, que não respeitam, que não entendem talvez por falta de conhecimento, ou por não se botar no lugar do outro, eu acho que seria bem tranquilo assim, se as pessoas tivessem mais respeito”

Fernanda relata com tristeza o que ocorre em sua cidade, “Carro, e estou sempre de carona, mas eu tenho o adesivo, o cartãozinho aí usamos a vaga de deficiente e eu fico

indignada como tem gente parada na vaga de deficiente e a pessoa dentro do carro “cinco minutinhos”. E para Cleiton:

“Carro, a questão do carro adaptado foi tranquilo, tirando a parte burocrática, quanto a questão da concessionária, os vendedores, foi tudo tranquilo, não tive nenhuma dificuldade até porque nas concessionárias hoje em dia, se não todas a maioria tem um departamento específico para venda direta, inclusive ajudando na papelada, então isso eu nunca senti muita dificuldade, a questão de vagas aqui em Brasília e em outras cidades em que eu já utilizei, está aquém da necessidade, atende a legislação mas na realidade precisaria de mais né, o que mais acontece é pessoas que não tem a credencial utilizando e pessoas que não lembram das aulas de auto escola, parando na passagem zebra, obstruindo a passagem da rampa, coisas assim. Para eu que uso a cadeira isso é muito importante além do espaço de transferência do carro pra cadeira, e vice e versa, mas o que mais pega ainda hoje é essa questão da educação sabe, já melhorou muito, aqui eu vejo que tem muita, em alguns locais específicos eu acho que teria que ter mais, é a educação das pessoas. De respeitar as regras e ter um pouco mais de empatia”.

Com esse recorte sobre o meio de transporte utilizado, observa-se que, para todos, a principal queixa está na dificuldade em se respeitar às vagas de estacionamento, falta conscientização das pessoas para que além de respeitar a legislação tenham educação, cultura do respeito ao próximo. E se questiona se algum dia isso mudará? E como poderia haver essa mudança? Observa-se também que todos utilizam automóvel, preferem utilizar o carro como meio de transporte para evitar sofrimento, e todos acham desafiante ter acesso aos locais, e quanto as pessoas que não fizeram parte da amostra e utilizam outros meios de transporte? Observou-se assim uma limitação da pesquisa, visto que todos utilizam um mesmo tipo de meio de transporte, não sendo possível fazer comparações.

4.3 Desafios do Cotidiano, Prazer e Sofrimento da Pessoa com Deficiência

Questionados sobre os desafios diários os relatos são diversos, para Sigfrido falar sobre o trabalho e suas atividades fora da empresa:

“Olha, na minha atuação profissional, vamos dizer assim, eu escolhi porque eu sempre gostei de desenho, de matemática, quando eu escolhi arquitetura, foi uma coisa mais... talvez mais natural pra escolher... a minha escolha, foi muito boa porque eu me sinto muito útil hoje pra sociedade, entendeu? Eu tenho feito muita coisa assim, em termos de projetos, e a minha área como é luz, eu comecei focar para eficiência energética e sustentabilidade, então eu olho muito a questão de sustentabilidade e também a questão de ergonomia e acessibilidade, eu junto essas coisas...”.

E sobre o que lhe traz prazer em viver a resposta é dada de forma entusiasmada

“Assim eu faço natação e eu preciso fazer, eu sou meio preguiçoso, mas eu preciso fazer. Eu gosto de usar milhas, a gente sai, então eu faço atividade física, eu gosto de música, eu toco violão, aqui é meu escritório e tem meu estúdio, eu faço aula de violão aqui, eu fazia na escola, mas aí teve um dia que deu problema, e como o professor passa aqui na frente pra ir na escola ele vem aqui dá a aula e vai embora. Então eu tenho aula de violão, eu gosto de música, eu gosto de fotografia, eu já fui fotógrafo, já fiz muita fotografia, então eu curto essas coisas entendeu. Eu não sou muito chegado a sair pra beber, eu bebo socialmente com a família e os amigos, mas se eu vou dirigir eu não bebo, eu bebo aqui em casa, se eu sei que eu não vou sair, mas assim o meu laser é mais isso. Eu gosto de arquitetura, eu faço uma coisa que eu gosto, então eu, as vezes eu faço alguma coisa pra fazer pesquisa, ler alguma coisa técnica, novidades, eu estou sempre querendo aprender um pouco mais entendeu? Eu gosto disso”.

Para Leopoldo quando questionado sobre como ele lida com a deficiência ela faz o seguinte relato:

“Então, por eu ter nascido deficiente, foi sempre bem tranquilo, sabe assim, eu sempre fui tratado com muita normalidade e é um fato que me faz lidar com segurança sabe? E daí por eu ser muito seguro de quem eu sou, eu faço questão de trazer essa visibilidade pra quem não lida da mesma forma. Pra mim foi sempre muito tranquilo, tenho super orgulho, meu caráter foi todo formado sobre ser deficiente físico, daí demorou né pra eu ver que eu era um deficiente físico por eu ter sido sempre tratado com muita normalidade. Sem ter capacidade inferior, e assim, depois que eu entendi que eu era deficiente, eu entendi a visão que as pessoas tinham de pessoas com deficiência e eu entendi porque eu não estava me colocando, me rotulando assim, daí eu comecei a me rotular assim e fazia questão de deixar bem visível pra que as pessoas que não tem a realidade que eu tive compreendam melhor”.

Das coisas que mais gosta de fazê-lo relata “Adoro ficar em casa, tomando um vinho, assistindo alguma coisa, essas coisas me dão prazer assim, e principalmente acompanhado (risos), mas é isso, sair com os amigos sabe? Ir num café, atividade física, basquete, natação”. Para Fernanda que convive com a deficiência relativamente a pouco tempo, aproximadamente um ano e oito meses, relata que apesar de estar se adaptando encara a deficiência de forma bastante positiva:

“Sabe que eu lido com muita naturalidade, no meu caso aconteceu muito rápido assim, eu descobri o câncer, daí desde o início não descartaram a possibilidade da amputação da minha perna né, então desde o início eu já comecei a acompanhar amputados nas redes sociais, e via que eles faziam de tudo né, qualidade de vida ótima, então eu já vinha me preparando, “ah se eu tiver que amputar, beleza, vou voltar a minha vida normal e fazer tudo que eu fazia antes, e não foi diferente disso, então hoje eu faço tudo, e sou super... confiante... esqueci a palavra... eu sou bem decidida: eu sou super... é... Eu sou super decidida em relação a deficiência e não me impede de nada”.

E sobre o que mais gosta de fazê-la comenta “Fazer atividade física, estar com os amigos, escutar música também adoro”. Cleiton explica que por conta de ter nascido com a deficiência, sua percepção da sua deficiência também é algo muito natural:

“Bom, é um tema que eu tenho dificuldade de falar, porque como é congênita, pra mim sempre foi assim, eu não conheço outra realidade, então eu vejo com muita naturalidade, desde cedo eu tive que me adaptar a deficiência, não que seja mais fácil, mas é que nem eu te falei, como eu não tenho outra visão, isso é o normal pra mim”.

E sobre as atividades que o faz sentir prazer ele relata “Eu gosto muito de acompanhar algumas séries e passear lá no Lago¹”.

5. Resultados

Devido aos relatos conclui-se que dentre os entrevistados que possuem mais idade a acessibilidade no trabalho para pessoa com deficiência física melhorou muito, principalmente o tratamento com mais respeito e igualdade, os mais jovens percebem que no campo da teoria já melhorou, mas na prática, principalmente por questões arquitetônicas, ainda tem um longo caminho pela frente. Pode-se inferir que dentre os entrevistados existe o que Sasaki (2010) chama de inclusão, pois as organizações estão se preocupando em proporcionar condições para o desempenho profissional de trabalhadores com necessidades especiais diversificadas.

Somente no caso da Fernanda não ocorreram melhorias relevantes, de forma que mesmo sendo disposta uma rampa para acesso, ela está fora dos padrões, isso é, inutilizável para quem precisa. Tal cenário é classificado como exclusão por Sasaki (2010), que e quando a PcD é excluída por motivos como: falta de reabilitação física e/ou profissional, falta de meios de transporte, falta de apoio das famílias, neste caso.

Com relação a acessibilidade aos locais de lazer para a pessoa com deficiência foram encontrados diversos entraves, em sua maioria ligados a questão arquitetônica, mas também uma forte desinformação. Percebe-se que o Brasil ainda não está pronto para atender a demanda das PcDs, e requer atenção. Mesmo na fala de Cleiton ele reforça que costuma não sair de casa pois os locais não tem acessibilidade, percebe-se que é uma questão que pode influenciar até mesmo a economia.

¹ Lago Paranoá

Com relação ao transporte o que mais os entrevistados utilizam é o carro pela possibilidade de adequação a suas necessidades, todos pontuaram que as vagas não são respeitadas, o que demonstra uma falta de respeito da sociedade ou até mesmo uma falta de políticas públicas de informação de por que existem essas vagas. Com relação ao transporte aéreo, os entrevistados não tiveram problemas com o deslocamento.

É claro, a partir das entrevistas deste artigo, que o Decreto 3.298, que assegura à pessoa portadora de deficiência os direitos básicos de desporto, turismo, lazer, cultura e propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico não está sendo levado a sério. Da mesma forma indica-se que o governo, com amparo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, assume uma atitude empirista e instigam a sociedade a agir para tornar as condições de acesso mais viáveis para todos.

Na análise final, percebe-se que os entrevistados mantêm uma rotina, no caso de Sigfrido que gosta de fotografia, música, viagens procura sempre estar aproveitando a vida com as atividades que lhe dão prazer. Para Leopoldo, que nasceu com a deficiência, foi importante o apoio da família e assumir a sua deficiência desde jovem, não deixando ela ser uma barreira para seguir seus sonhos e objetivos.

Da mesma forma Fernanda que se tornou PcD, foi possível perceber durante a entrevista que existem barreiras a serem transpassadas, porém ela se esforça para conseguir tudo o que almeja e fazer sua diferença na sociedade. Por fim, Cleiton relata que prefere realizar atividades, as quais, não precise de ajuda dos outros, reconhece que a sociedade melhorou seu tratamento e atenção com PcD, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Todos os entrevistados relatam dificuldades em ambientes de lazer, seja falta de espaço para a o cadeirante se locomover, falta rampas, elevadores, banheiros inacessíveis, todo tipo de barreiras arquitetônicas. Assim como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais pontos da entrevista com relação à acessibilidade no Trabalho e no Lazer.

Entrevistados	Acessibilidade – Queixas	
	Trabalho	Lazer
Sigfrido		X
Leopoldo	X	X
Fernanda	X	X
Cleiton	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores.

E para trabalhar, exceto o primeiro entrevistado, todos os outros relataram algum tipo de queixa com relação à acessibilidade seja os meios de transportes, barreiras arquitetônicas até falta de segurança em caso de emergência, porém com relação a atitude de inclusão das empresas e colegas de trabalho, todos se mostraram bastante positivos, descrevendo que há respeito as suas limitações, porém nenhuma diferenciação frente aos outros que não possuem deficiência.

Ao compararmos as realidades vivenciadas pelos entrevistados e sua localização geográfica, as queixas são muito similares evidenciando que não importa o tamanho da cidade, as questões de acessibilidade à meios de transporte, barreiras arquitetônicas em geral, respeito às vagas especiais, independem do local, deixando evidente que há muito que se avançar para que realmente haja conscientização, educação, empatia e principalmente respeito à diversidade.

Outro ponto a se observar é a questão do acesso ao trabalho, todos os entrevistados não são beneficiados pela “lei de cotas”, os que são concursados ingressaram na empresa pela livre concorrência, uma trabalha em empresa familiar e outro com contrato de estágio na Universidade onde está em formação. Sigfrido relata sua experiência: “quando eu prestei concurso, eu não tive... na época não tinha legislação para diferenciar cota, nada, eu passei”.

“fiz um estágio na Compact Jr que é uma empresa de tecnologia, depois eu fui pras atléticas das engenharias, e fazia a parte do marketing, depois eu fui pra editora da UFSM, trabalhando no marketing também, em produção gráfica né, e agora eu estou no núcleo de acessibilidade da UFSM. E tenho uma bolsa” (Leopoldo).

No caso da Fernanda “no momento estou trabalhando como ‘digital influencer’ e na parte do marketing da empresa do meu pai, que é uma loja de artigos para festa. Estou trabalhando mais na parte do marketing agora, mudei o rumo”. E Cleiton relata sua experiência: “no concurso do banco eu me cadastrei como deficiente só que a minha colocação me permitiu entrar antes da cota, então no banco acabei entrando antes, ali a cada 20 vagas entra por cotas e eu fiquei em 18º na região que eu fiz então acabei sendo chamado antes”.

Como já citado anteriormente existe um arcabouço legal visando a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, que reconhece o passivo histórico de exclusão, porém no caso dos entrevistados o acesso ao trabalho se deu por conta de seus méritos sem o “benefício” das cotas.

Outra característica a se observar é a formação acadêmica dos participantes da amostra, onde 75% possuem formação superior com pós-graduação e 25% está em formação superior, o que os deixa em posição privilegiada em comparação ao restante da população, já que segundo dados sobre o nível de instrução da população brasileira a partir dos 15 anos oriundos do estudo de Gonçalves, Meletti & Santos (2015), com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010) revelaram que o índice de brasileiros com o ensino superior completo é de 9,3%. No grupo de PcDs, com ensino superior completo, os dados do Censo do IBGE 2010, indicam 6,7%.

6. Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos observados, após as análises das entrevistas é possível inferir que apesar do Brasil possuir uma legislação bastante avançada em relação aos demais países, com objetivo de garantir direitos das pessoas com deficiência e reparar períodos longos de exclusão, ainda há muito que se conquistar para que coisas simples como se deslocar de um lugar para outro sejam possíveis. Dentre os entrevistados na amostra, as queixas quanto as barreiras arquitetônicas foram unânimes tanto na acessibilidade ao ambiente de trabalho quando aos locais de lazer. As dificuldades relatadas pelas pessoas que moram em capitais e em cidades do interior foram bastante similares.

Outro aspecto importante observado nas entrevistas é a questão da inclusão nas organizações onde atuam, todos descrevem de forma muito positiva o tratamento da organização e colegas com respeito e valorizando as suas capacidades, sem tratamento diferenciado quanto as suas responsabilidades, direitos e deveres.

Ao aplicar o questionário, observa-se a atitude dos respondentes de forma bastante positiva, foi possível observar como as pessoas veem a deficiência e convivem com ela, uns se adaptaram outros sempre viveram com a deficiência, encaram a vida e suas percepções sobre prazer e sofrimento em seu cotidiano de forma bastante inspiradora. Os relatos foram entusiasmados sobre como se sentem úteis e felizes com o que fazem, em como gostam de curtir a vida, mesmo com todas as limitações e os desafios diários. Evidenciou-se também que crescer em um ambiente sem discriminação é importante para que as dificuldades sejam vencidas de forma mais tranquila e natural, as pessoas não querem ser tratadas de forma diferente, elas desejam respeito às suas limitações, sem a prerrogativa de serem tratadas como inferiores.

A representatividade é outra questão que importa, conviver com o diferente desde cedo é importante para que as pessoas com deficiência não sejam vistas como seres de outro planeta, por algum tempo a segregação fez com que não houvesse visibilidade dessas pessoas, que por muito tempo foram escondidas da sociedade e com isso a discriminação é fato inevitável. Conforme relatou a entrevistada que convive a um tempo menor com a deficiência, saber que existem pessoas na mesma condição que ela, e que essas pessoas conseguem ter vida normal e plena, a ajudou a encarar a sua própria realidade de forma mais positiva, portanto representatividade importa sim.

O estudo revelou uma variável emergente, com relação a alta escolaridade dos entrevistados, em comparação aos índices do restante da população brasileira, pode ser um fator importante para que estejam em atividades laborais, mesmo possuindo limitações físicas, todos tem formação acadêmica, qualificação e experiência no mercado de trabalho, sendo essa uma realidade bastante distante da maioria das pessoas com deficiência no Brasil. Dessa forma, é possível inferir que ainda existem diversos obstáculos para que os portadores de deficiência consigam alcançar maior autonomia, pois o mercado de trabalho exige desses profissionais mais qualificação e aperfeiçoamento, o que não é a realidade para muitos, quanto à acessibilidade em instalações, sejam elas públicas ou privadas, ainda são encontradas grandes dificuldades pois a legislação que garante acessibilidade ainda não é cumprida de forma efetiva.

Indica-se que trabalhos futuros investiguem o tratamento familiar da PcD, buscando verificar atitudes quais são as atitudes que influenciam positivamente na busca de melhores condições de vida. Outro fator que emergiu foi o estudo de formas de locomoção da PcD e como o transporte público deve agir, pois não basta ter os equipamentos, eles devem ser usados. E por fim, seria de grande relevância um estudo junto a pontos turísticos e analisar a percepção da adequação para receber pessoas com deficiência.

Referências

Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. G. A. (2004). Crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 20-29.

Almeida, L. A. D., Coimbra, C. E. P. & Carvalho-Freitas, M. N. (2007). *Percepções das Pessoas com Deficiência em Relação à Inserção no Mercado de Trabalho: Um*

Estudo Realizado em Duas Regiões Metropolitanas de Minas Gerais, EnANPAD, XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro.

Amiralian, M. L. T. M. (1986). *Psicologia do Excepcional*. Temas básicos de psicologia. São Paulo: EPU.

Aranha, M. S. F. (1995). Integração social do deficiente: análise conceitual e metodologia. *Temas em Psicologia*, 2, 63-70.

Batavia, A. I., & Schriener, K. (2001). The Americans with Disabilities Act as engine of social change: models of disability and the potential of civil rights approach. *Policy Studies Journal*, 29(4), 690-702.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Brasil. Presidência da República (1989). *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7853.htm>.

Brasil. Presidência da República (1991). *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>.

Brasil. Presidência da República (1993). Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993. Recuperado de <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm>.

Brasil. Presidência da República (2000). *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Institui a Lei Brasileira que estabelece normas para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.html>.

Brasil. Presidência da República (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo

Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

Brasil. Presidência da República (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

Brunstein, J., & Serrano, C. A. (2008). *Vozes da diversidade: um estudo sobre as experiências de inclusão de gestores e PsDs em cinco empresas paulistas*, Cadernos EBAPE.BR – FGV-EBAPE.

Carrara, K., Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P., Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R. (2012). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia, Guadalajara*, 21(1), 99-119.

Carvalho-Freitas, M. N. & Marques, A. L. A. (2007). Diversidade através da História: Inserção no Trabalho de Pessoas com Deficiência, *O&S*, 14(41).

Ciantelli, A. P. C. & Leite, L. P. (2016). Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras, *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, 22(3), 413-428.

Coutinho, K. S., Rodrigues, G. F., & Passerino, L. M. (2017). O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(2), 261-278.

Foucault, M. (1989). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. (7a ed.), Petrópolis: Vozes.

Gallagher, H. G. (1995) “Slapping up spastics”: the persistence of social attitudes toward people with disabilities. *Law & Medicine*, 10(4). Recuperado de <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/ilmed10&div=41&id=&page=>>>.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa Atlas*, (4a ed.), São Paulo.

Gonçalves, T. G. G. L., Meletti, S. M. F., & Santos, N. G. (2015). Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil. *Crítica Educativa*, Sorocaba, 1(2), 24-39.

Goss, D., Goss, F., & Adam-Smith, D. (2000) Disability and employment: a comparative critique of UK legislation. *The International Journal of Human Resource Management*, 11(4), 807- 821.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011). Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 2010, Rio de Janeiro.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. (2002) *O que as empresas podem fazer pela inclusão de pessoas com deficiência*. Marta Gil (coord). São Paulo. Recuperado de <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/25.pdf>>.

Limonic, F. (2004) *Eugenia*. Recuperado de <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/depd15.html>>.

Malhotra, N. K. (2001) *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. (3a ed.), Porto Alegre: Bookman.

Mantoan, M. T. E. (2004) *O direito à diferença na igualdade dos direitos – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências*. In: Batista, C. A. M. (Coord.). *Ética da Inclusão*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 94-104.

Marcondes, D. (2002) *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Marques, L. P., & Oliveira, F. D. (2003). *Inclusão: Os sentidos nas/das dissertações e teses*. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26. 2003, Poços de Caldas. Anais eletrônicos. Poços de Caldas: ANPED.

Meunier, M. (1976). *Nova Mitologia Clássica: a legenda dourada*. (2a ed.), São Paulo: IBRASA – Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A.

Omote, S. A. (1995) *Integração do deficiente: um pseudo-problema científico*. Temas de Psicologia, (2).

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Pessotti, I. (1984) *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Resende, A. P. C., & Vital, F. M. P. A. (2008). *Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Sasaki, R. K. (2010) *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. (8a ed.), Rio de Janeiro: WVA.

Tannery, P. (1954). *Platão – Vida, Obra, Doutrina*. In: PLATÃO. Diálogos: Mênon - Banquete – Fedro. (3a ed.), Rio de Janeiro: Globo, 13-52.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rita de Cassia Sasso – 60 %

Ricardo Alberti – 40 %